

É POSSÍVEL UMA UNIVERSIDADE PARA O POVO?

Paulo Gomes Lima

Universidade Federal da Grande Dourados-MS

paulolima@ufgd.edu.br

Resumo: Este texto analisa a possibilidade de construção da universidade no Brasil numa perspectiva democrática e universal. A partir de uma pesquisa exploratória problematiza a inclusão consentida e a necessidade de universalização do ensino superior em três momentos: 1) Inclusão à universidade brasileira: direcionamentos e desvios; 2) Políticas públicas de educação superior no Brasil e o sociometabolismo do capital e 3) Para a construção de uma universidade para o povo. Concluímos que uma universidade no âmbito da justiça social rompe com a lógica de um conceito de cidadania forjado, conferindo aos homens indistintamente, tornarem-se homens, pela superação das práticas dissimuladoras na centralidade capital-trabalho.

Palavras_chave: universidade brasileira; políticas e gestão da educação superior.

INTRODUÇÃO

Este texto problematiza a universidade brasileira sob à ótica do modo-de-produção capitalista e propõe uma leitura para a sua superação, isto é, ao desafiar a teoria social do sociometabolismo do capital, aponta encaminhamentos de uma universidade factível para o povo, sustentada pela justiça social compreendida nos âmbitos da democratização, humanização e universalização.

1. Inclusão à universidade brasileira: direcionamentos e desvios

Compassados pelo movimento da divisão internacional do trabalho e das determinações do mercado, tendo como veículos as agências multilaterais de financiamento e assistencialismo, acontece o delineamento da nova tipologia de “homem necessário” e que deveria ser formado pela internalização de seus ideários. A escola em todos os níveis deveria ser o instrumento de inculcação para esse fim e a inclusão educacional encamparia um sentido ideológico como nunca houve antes.

Ora, colocava-se na escola uma responsabilização pelas devolutivas da qualidade, da oferta, dentre outros, enquanto que o Estado, confortavelmente, na condição de supervisão zelaria para a sua garantia. Parece antagônico, entretanto, a ideologização neoliberal concertada, nivelara a responsabilização do Estado, conforme a solicitação do mercado, principal beneficiário, enredando políticas sociais de natureza contencionista-reformista.

Tais políticas, resultantes de contornos estruturais segundo os interesses do capital, que seriam destinadas às classes menos favorecidas, mas que em sua finalidade maior, além de concorrer para a manutenção do sistema, abria privilégios para o setor privado fazer o atendimento social necessário, considerando a sua eficiência e eficácia, desvios estes concorrentes para as

desmobilizações sociais e ratificação da estrutura social do capital na educação como um todo e nos demais setores sociais.

2. Políticas públicas de educação superior no Brasil e o sociometabolismo do capital

Ao invés das possibilidades ou impossibilidades das ações governamentais no Brasil, quanto à inclusão educacional, via ações afirmativas destinadas às classes desfavorecidas, residir no conjunto das prioridades nacionais ouvidos todos os segmentos democraticamente representados; tiveram parecer favorável por sua subserviência ao futuro predeterminado pelo processo de internacionalização capitalista e foram implementadas pelo “consentimento solidário” pela via ideológica da persuasão, primeiro com FHC e depois com Luis Inácio Lula da Silva, que dizia contar com a compreensão da totalidade dos brasileiros.

As perspectivas de transformação social quanto a universalização do ensino superior foram reduzidas a uma categoria tipológica aquiescente às políticas internacionais de mercado, aumentando, em adesão à difusão ideológica, as justificativas de que era necessário a compreensão da população brasileira, de que se o Estado não fosse aberto e anuente à lógica sistêmica capitalista, a sua governança seria relativizada e naufragaria, culminando, deterministicamente na única alternativa viável de políticas contencionistas e reformistas.

3. Para a construção de uma universidade para o povo

Para se construir uma universidade para o povo brasileiro há que se pensar no rompimento da lógica do capital, transvestidas de políticas compensatórias e pontualizadas. Esta ainda não existe. Há que se pensar em investimentos e isonomia entre profissionais que exercem o magistério para não se distanciar a finalidade e destinação de uma educação pretensamente libertadora pelo incentivo à sua formação e valorização, pelos recursos e investimentos às necessidades do povo, enfim na lógica do rompimento da estrutura social do capitalismo.

As políticas públicas preocupadas em “sanar” defeitos específicos do próprio sistema, inclusive por meio de ações afirmativas à universidade brasileira, não o farão, uma vez que, “remendar aqui e ali” só reforça o controle do sistema capitalista historicamente situado, favorecendo ideologicamente a sua continuidade, a reversão dessa realidade, entretanto, para outra sociedade não reside somente no esclarecimento ideológico ou político, marginalizando a sua dimensão prática, pois *“Só é possível um êxito duradouro por meio da mobilização sustentada, de forma organizada, das grandes massas para a realização de uma alternativa hegemônica abrangente ao modo de reprodução sociometabólico existente.”* (MÉSZÁROS, 2009, p.108), justamente o sentido oposto da alternativa conformadora e excludente radicada e em nome da justiça social. Apesar de Mézaros não falar especificamente sobre inclusão na educação, convida a todos os anuentes à lógica capitalista a reivindicarem uma educação libertadora, humanizadora e universal, recuperando o sentido de democratização em todas as suas esferas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para não concluir, pois a luta por uma universidade para todos no Brasil ainda é uma aspiração, entendemos que quando a imobilização social se justifica por concessões e rearranjos históricos das mesmas, há que levantar vozes em seu despertamento, porque a justiça social e os processos de não exclusão não são resultantes de medidas outorgadas, mas de conquistas. Por meio de uma contra-internalização provocada pela educação, por meio da emancipação concreta da sociedade e do homem poderemos reunir a dimensão necessária de emancipação, libertação, justiça social, humanização e universalização das construções sociais. Nesse sentido, a universidade poderá responder efetivamente pela democratização e universalização em sua totalidade.

Lima (2010) chama a atenção para o fato de que a universidade numa dimensão universal, democrática e humanizadora, não aceita uma transformação negociada por medidas paliativas que pretendem em nome da “minimização de distorções sociais”, conservar a mestra estrutura promotora do mercado e que mantém um discurso ambíguo em seu favor. A trajetória de uma universidade no âmbito da justiça social rompe com tal lógica, conferindo aos homens indistintamente, tornarem-se homens, pela superação das práticas dissimuladoras na centralidade capital-trabalho; pela ação comunicacional entre direito e democracia sem particularismos; pela leitura e encaminhamentos das problemáticas da educação e sociedade por meio da dialética do concreto e pelo esclarecimento que emancipa sem distorção de seu campo real e conceitual.

Não pode haver silenciamento em detrimento de qualquer mudança substancial que transforme o acesso à universidade em seu sentido mais profundo de libertação, humanização e universalização, articulando a mobilização pela superação da divisão social do trabalho e de classes, base estrutural da teoria social do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

- MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- LIMA, Paulo Gomes. Políticas de ações afirmativas à universidade Brasileira: um ensaio. [Comunicação Oral]. In **10º Encontro de Pesquisa da ANPED - Centro Oeste**. Uberlândia/MG Faculdade de Educação – UFU, 5-8 de julho de 2010.
- LIMA, Paulo Gomes. **Ações afirmativas como eixo de inclusão de classes sociais menos favorecidas à universidade brasileira**: um terceiro olhar entre pontos e contrapontos. Departamento de Filosofia e História da Educação – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação. 2009. 178 p. Relatório Final de Pesquisa de Pós - Doutorado. - Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP.